



A QUE(M) SE DESTINAM AS REFORMAS EDUCACIONAIS A PARTIR DA DÉCADA DE 1990?

Thiago Wedson Hilário¹
Vanderleida Rosa de Freitas Queiroz², Helainy Waniessy Kenia Rodrigues Silva³

¹Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás/ thiago.wedson@gmail.com

²Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás / vanderleida@gmail.com

³Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás / helainykenia@gmail.com

Resumo:

A educação brasileira ao longo de sua história passou por inúmeras mudanças ocasionadas pelas constantes reformas instituídas por aqueles que estavam à frente da pasta educacional. Tais reformas refletiram em um sistema ainda em construção e visivelmente influenciável. De forma mais intensa a partir da década de 1990 se observa que os organismos multilaterais têm tomado as rédeas e ditado o que se ensina, o porquê e a quem deve ser ensinado. Buscamos apresentar um breve histórico das reformas já implementadas em nossa educação desde o desembarque da Companhia de Jesus no período colonial até as recentes investidas neoliberais implantadas como políticas públicas numa perspectiva de Estado Mínimo com o fim de mostrar à comunidade internacional que é um país competitivo em termos econômicos e justo socialmente. Por fim o que observamos é que as reformas educacionais, em especial as implantada a partir da década de 1990, foram defendidas e concretizadas não somente para atender à universalização da educação escolar e da democratização das oportunidades educacionais, mas para adequar a educação ao cenário de mudanças das relações sociais, culturais e, principalmente, econômicas da nova conjuntura neoliberalista.

Palavras-chave: Reformas Educacionais, Influência Neoliberal, Políticas Públicas

Introdução

As reformas educacionais são modificações realizadas no sistema educacional, que, primariamente, deveriam ter como meta a melhoria nos processos educativos, posto que devem se dar a partir de um amplo debate social. Tais reformas buscam firmar um compromisso com a sociedade por meio de uma política de Estado, para além dessa visão política elas devem promover a inovação nos processos educativos promovendo a atualização do sistema educacional às novas realidades sociais.

Ao longo da história educacional brasileira percebe-se que houve a tentativa de implantação de inúmeras reformas, algumas trouxeram avanços, outras se mostraram como verdadeiros retrocessos. Mas o que se verifica é que recentemente houve a influência maciça

dos organismos multilaterais que através de orientações e determinações instituem ações no sistema educacional que contradizem as realidades socioculturais e as perspectivas buscadas pelos educadores.

Para esta proposta apresentamos uma breve mostra das principais reformas educacionais instaladas no Brasil ao longo de sua história, já na segunda parte buscando uma contextualização mais contemporânea nos atentamos as reformas e mudanças instituídas a partir da década de 1990, que refletem em grande parte, ou na totalidade, a influência dos organismos multilaterais no contexto local.

Breve história das reformas educacionais no Brasil

Em pouco mais de 500 anos de história a educação brasileira passou por diversas reformas e mudanças que (des)moldaram o que temos como sistema nacional de educação. Estas transformações fizeram com que tenhamos hoje um sistema educacional imperfeito que recebe e absorve diversas imposições que destoam com as realidades locais.

Inicialmente, com a Companhia de Jesus houve a instituição da *ratio studiorum* como organização pedagógica do sistema de educação colonial de 1549 a 1759 com uma oferta de educação elitista e religiosa com pequenas adaptações pedagógicas a realidade local (Brandão 2003). Entretanto com as influências ocasionadas pelas transformações políticas com as Reformas pombalinas o ensino religioso regido pela igreja católica, apesar de provocar certo desmoronamento, é substituído por uma educação laica e pública por meio das *aulas régias*, que consistiam em aulas dispersas, implantado em toda educação nos 300 anos restantes de período colonial, destinada principalmente aos homens brancos, posto que esse direito foi, inicialmente, negado às mulheres.

Todavia, se observa que um pequeno “avanço” no início do século XIX com a vinda da família real portuguesa para o novo mundo e para fantasiar um território educacional tem-se a abertura das Academias militares (1808), Academia Real Militar (1810), Escola de Medicina (1808) Biblioteca Real (1810). Tudo isso se deu para recepcionar a realeza e os nobres que a acompanharam.

Em 1824 a Carta Constitucional mantém o princípio de liberdade de ensino intencionando uma instrução primária e gratuita. Logo, em 1827 foi aprovada a lei do ensino elementar que determinou:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias.
[...]

Art. 4º As escolas serão do ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.

[...]

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

[...]

Art. 11. Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento. (BRASIL, 1827)

A implantação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos e "escolas de meninas" nas cidades e vilas mais populosas" demonstra uma tentativa de expansão da educação e uma possibilidade de instrução para população. Entretanto houve o fracasso da proposta por motivos econômicos, técnicos e políticos.

É salutar que a mesma lei apesar de ter sido promulgada no início do século XIX, previa que as mestras receberiam os mesmos ordenamentos e gratificações concedidas aos mestres. Porém, o restante da história mostra que ao longo dos séculos seguintes é a total desvalorização do labor feminino.

Ao longo da primeira república (1889-1939) diversas reformas foram postas em vigor: Reforma Benjamim Constant (1891), Reforma Epitácio Pessoa (1901-1911), Reforma Rivadávia (1911), Reforma Carlos Maximiliano (1915-1925) e Reforma João Luiz Alvez (1925). Que se ocuparam em introduzir, respectivamente, o positivismo de Comte, a equiparação do ensino público com o particular, a implantação de exames para o ensino secundário, que era visto apenas como um preparatório para o ensino superior, e a organização do Departamento Nacional de Ensino.

Já a partir de 1930, com a era Vargas (1930-1945), ocorre um suposto "modernismo educacional", ocasionado pela primeira guerra mundial, questões sociais em torno dos interesses dos intelectuais escolanovistas. Assim, temos a Reforma Campos (1930) reformulando o ensino médio, a criação do Conselho Nacional de Educação e do Plano Nacional de Educação. Destaca-se neste período que os textos constitucionais de 1934 e 1937 buscaram traçar linhas para a constituição de uma política de educação, aspecto este reforçado pelo manifesto de 1932, conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação.

A Reforma Capanema (1942) estatui outra modificação no ensino por meio das leis orgânicas: ensino secundário, ensino comercial, ensino agrícola; o que reforçou o dualismo educacional entre formar para o mercado de trabalho e formar para a universidade. Para

Nova:

Ao analisar-se a sociedade brasileira da época, tem-se a impressão de que os homens e a própria instituição escolar, tratavam a educação, como meio de transformação do homem (ato de ensinar, transmitir valores, mutação de valores, dentre outras) como utopia, mas tal atitude se tornava contraditória, pois a sociedade depositava na escola um ideal transformador. (NOVA 2011, p. 11)

O que se percebe é que o dualismo gerado por esta reforma ocasionou um profundo abismo entre aqueles que estudavam para ter uma profissão e aqueles que se destinariam ao ensino superior. Curiosamente, neste período reforçam-se os incentivos financeiros pelos organismos internacionais para as escolas técnicas.

Durante a República Nova (1945-1964) diversos dispositivos reforçaram a gratuidade do ensino e a manutenção da sequência dos estudos. Contudo o que se destaca neste recorte temporal são as discussões que ensejaram a Lei de Diretrizes Básicas, promulgada anos depois como Lei nº 4.024/1961.

A partir de 1964, com a ditadura militar, a Reforma Médici (1971), inicia-se com a publicação da Lei nº 5.692/1971 que desapareceu com algumas disciplinas como Filosofia e a fusão de outras como História e Geografia, algo parecido com o que vemos atualmente em uma possível ponte para o futuro, também visava à profissionalização do ensino secundário pela unificação do ensino primário e médio e a eliminação das diferenças entre os ramos secundários – agrícola, industrial, comercial e normal. Nisto houve a dispensa dos conteúdos teóricos em detrimento de um caráter tecnicista.

Com o reestabelecimento da democracia em 1988 (até 2016) um novo cenário se dá ao contexto educacional brasileiro a iniciar pelo texto constitucional, conhecido como a Carta Cidadã e a promulgação de uma nova Lei de Diretrizes e Base da Educação, anos depois, com a Lei nº 9.394/1996. Sob este aspectos nos aprofundaremos nestas reformas que á princípio foram influenciadas por organismos internacionais.

Reformas educacionais: influência neoliberal a partir de 1990

A década de 1990 é marcada pelos avanços neoliberais no contexto nacional, principalmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o que pode se facilmente exemplificado pelas medidas de privatização de empresas estatais, criação de diversas agências regulatórias e alterações na legislação que rege o serviço público e a introdução de programas de transferência de renda. Sob essa influência, o Brasil fica subordinado ao capital financeiro internacional, possibilitando a percepção nas políticas

educacionais que são direcionadas pelas organizações multinacionais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento.

No campo da educação, internacionalização significa a modelação dos sistemas e instituições educacionais conforme expectativas supranacionais definidas pelos organismos internacionais ligados às grandes potências econômicas mundiais, com base em uma agenda globalmente estruturada para a educação, as quais se reproduzem em documentos de políticas educacionais nacionais como diretrizes, programas, projetos de lei, etc. (LIBANEO 2016, p. 43)

O que significa a perda da identidade do sistema educacional brasileiro, ou de quaisquer outros países, em virtude do enquadramento dos modelos educacionais locais às agendas externas, que em sua maioria não respeitam as realidades locais por desconhecerem os aspectos histórico-sociais que geraram a construção da identidade cultural local, visto que visam apenas a manutenção de seu *status quo*, ou seja, de opressores e líderes hegemônicos numa visão Gramsciana. Nisto, é preocupante que os sistemas de ensino sejam forçados a se remodelarem a tal perspectiva formando mão-de-obra, barata e supostamente qualificada, para o capital, que em tese afirma que isso levaria ao alívio da pobreza e ao crescimento social.

De acordo com Dambros, Mussio (2014) as reformas no âmbito educacional se fortalecem a partir da crise do Estado de Bem-Estar, obrigando a um reordenamento das políticas sociais, assentadas no contexto de descentralização do Estado e nos critérios de eficiência e qualidade, complementadas com uma paulatina transferência das responsabilidades estatais para a comunidade. Com Rocha (2002) em contrapartida ao Estado de Bem-Estar-Social, adeptos ao neoliberalismo recomendam um Estado mínimo, objetivando a expansão do mercado. Com isso, os pressupostos liberais norteadores aos governos têm-se a privatização do financiamento e da produção dos serviços, cortes dos gastos sociais e a descentralização local.

Há uma tentativa de mudanças por meio de ações e medidas educacionais, apesar do baixo investimento financeiro o que de certa forma inviabiliza o desenvolvimento e a consolidação destas propostas. Destaca-se dentre as propostas a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), em 1996, o que ocorre com a centralização dos recursos na esfera federal, servindo como pano de fundo para o desenvolvimento de novas reformas educacionais.

Com o programa “Acorda Brasil, está na hora da escola” (1995) busca-se promover a parceria entre as organizações da sociedade civil e o governo, e a articulação de parcerias dentro do próprio governo entre os níveis federal, estadual e municipal. Com isso observou-se

um crescente avanço das organizações do terceiro setor em que estão as Organizações Não Governamentais, entidades filantrópicas, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, organizações sem fins lucrativos e outras formas de associações civis sem fins lucrativos; na educação destacamos a fundação Bradesco, o Instituto Ayrton Senna, e as organizações empresariais que firmam parcerias para “qualificar” seus empregados. De acordo com Rocha (2002) as políticas de aproximação do Estado com a sociedade civil em uma corresponsabilidade pela implantação e manutenção de programas sociais, especialmente nas áreas de saúde, educação e bem-estar social, tem razão de ser na crise do Estado brasileiro que, a exemplo dos demais, precisa se reorganizar para mostrar à comunidade internacional que é um país competitivo em termos econômicos e justo socialmente.

O programa objetivava principalmente:

- A distribuição de verbas diretamente para as escolas, diminuindo os efeitos burocráticos e aumento da autonomia da escolar;
- A melhoria da qualidade do livro didático, substituindo as cartilhas , com a contemporização dos conteúdos;
- O início dos processos de formação de professores na modalidade a distância;
- A revisão curricular dos conteúdos da educação básica com a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares Nacionais.
- Ampliação dos sistemas de avaliação de larga escala.

O que se observa naquele momento é que tais medidas já haviam sido tomadas por outros países membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE demonstrando que o Brasil adota “a cartilha” do desenvolvimento internacional. Evidencia-se que os organismos internacionais prescrevem que haja a elevação dos indicadores sociais, por meio do condicionamento aos empréstimos, o incremento ou manutenção de certos índices no campo social, como nível de escolaridade da população, redução das taxas de evasão e repetência, e diminuição da taxa de analfabetismo entre outros.

Todavia, as implantações são realizadas de forma isoladas sem o debate social com as Universidades e grupos de estudos educacionais, demonstrando um autoritarismo por parte do MEC. Logo, o que podemos perceber é que ao tomar tais medidas sem observar o contexto nacional interno há a grande chance de fracasso dessas medidas posto que não atenderem as demandas sociais. Com isso temos, como exemplo, que os primeiros resultados divulgados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB demonstraram um déficit de vagas na educação básica e a desvalorização profissional da figura do professor.

Já em 2002, no Governo Lula (2002-2005) com o programa “uma escola do tamanho do Brasil” objetivou a formação cidadã para todos os brasileiros por meio da expansão dos sistemas educacionais. Baseada em três pilares: 1) Democratização do acesso e garantia de permanência: expandindo a educação do campo, indígena, ampliação da EJA; 2) Qualidade social, com a valorização e formação dos professores, infraestrutura, inclusão; 3) Instauração do regime de colaboração e democratização da gestão, destacando-se a criação do Fórum Nacional de Educação.

Sob esse plano buscou-se propostas de democratização do acesso e garantia de permanência nas escolas em todos os níveis e modalidades de ensino, foi dada a iniciativa de reestruturação do MEC é anunciada uma possível reforma universitária, o que de certa forma não ocorreu. Também, é importante apontar que houve a construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação permitindo a interlocução entre os sistemas de ensino.

Apesar de haver um pequeno investimento para as Universidades Públicas por meio do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), assim Paulino destaca que:

Levando-se em conta o número expressivo de universidade privadas existentes, bem como o maior número de matrículas nelas ocorrerem, é bastante razoável que para consolidar o projeto de ampliação do acesso à educação superior, em tempo hábil, o potencial oferecido pelas universidades privadas tenha sido imenso. Neste contexto de propostas políticas é que emerge o Programa Universidade para Todos, no qual é o setor privado o principal protagonista, ao redor dele é que são construídas as medidas de democratização do acesso ao ensino superior. (PAULINO 2015, p. 02)

Podemos concordar que houve um falso olhar para as universidades públicas e institutos federais de educação, já que o REUNI propunha a expansão das vagas e crescimento das instituições, porém de forma insuficiente ao ponto de criarem o Programa Universidade para Todos - PROUNI. Implantando de forma pontual uma quase reforma com a aprovação de projetos que sob a ótica neoliberal promove o repasse de dinheiro público para os marqueteiros da educação superior privada.

Em 2007 foi apresentado, via Decreto nº 6.094/2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE como política educacional de Estado onde os investimentos são direcionados para educação básica, profissional e superior. Sendo organizado em 4 eixos: educação básica; alfabetização e educação continuada; ensino profissional e tecnológico; Ensino Superior. Com isso o governo federal, baseados em orientações atribuídas à OCDE para as diretrizes da política educacional do Brasil, institui Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

É destacado nas palavras de Santos (2010) que as reformas educacionais, em especial as implantadas a partir da década de 1990, foram defendidas e concretizadas não somente para

atender à universalização da educação escolar e da democratização das oportunidades educacionais, mas para adequar a educação ao cenário de mudanças das relações sociais, culturais e, principalmente, econômicas da nova conjuntura neoliberalista. Dessa forma o que se deduz é que o principal objetivo encarnado nestas propostas está a profissionalização e a preparação para o mercado de trabalho por meio de cursos aligeirados e de baixa qualidade, muitas vezes disfarçados em programas de governos que midiaticamente atraem a classe operária com pronunciamentos irrigados de futuras vagas de trabalho e melhorias nas condições sociais.

Novamente, pode-se concordar com Dambros, Mussio (2014) que as orientações dos organismos internacionais para as políticas educacionais nos países emergentes concentraram-se na promoção e apoio de investimentos para estimular o crescimento econômico e o desenvolvimento social num contexto de estabilidade globalizada, enfatizando melhorias na eficiência de gastos públicos e nos setores sociais. Nada obstante, o que vemos é uma total estimulação ao consumismo e superficialidade nas relações sociais.

Desta mesma forma Libâneo (2016) afirma que não se trata de um modelo de educação voltado para ensinar conhecimentos significativos, contribuir para a promoção e a ampliação dos processos psíquicos superiores, ajudar a compreender e analisar a realidade e desenvolver processos de pensamento. E sim ao contrário, foca-se em conhecimentos práticos, em habilidades e estereótipos fabris, que garanta a empregabilidade precária para os que vivem do trabalho, galgando assim, um novo escravismo. O mesmo autor aponta, também, que “a associação entre as políticas educacionais do Banco Mundial para os países em desenvolvimento e os traços da escola dualista representa substantivas explicações para o incessante declínio da escola pública brasileira nos últimos trinta anos” (LIBÂNEO, 2012, p. 13). Assim a que objetivos se propõem chegar? O que se perceber, como já dito, é a proposição de um modelo educacional dualista que manterá as oligarquias hegemônicas no poder sobre a uma massa de populares condicionados ao pleno atendimento das imposições descarregadas por organizações estrangeiras que buscam a manutenção de um capital dilacerante.

Considerações Finais

Podemos perceber que as reformas educacionais postas a partir da década de 1990 foram de certa forma, ocasionadas por uma crise educacional ocasionada pelas inúmeras reformas que permearam o modelo educacional brasileiro, somado a isso os ideais de uma

política neoliberal. Contudo, o que se percebe é que a escola passa a ser um ambiente de acolhimento e manutenção do status social, com fragmentos de conteúdos e habilidades que moldam o novo trabalhador por meio de currículo instrumental.

Desta forma, é difícil dizer sobre o que ou a quem se destinam as reformas educacionais, pois um ambiente que deveria se configurar como espaço de reconstrução e inovação dos saberes, sejam acadêmicos, sejam sócio-culturais, tem se tornado campo para imposição de medidas (provisórias) que despolitizam os debates e articulação social. Assim o que se vê é que as reformas não se destinam a massa popular nem ao aprendizado.

Por fim, os organismos multilaterais propõem para as políticas educacionais a promoção e o investimento no desenvolvimento social enfatizando melhorias nos gastos públicos. Todavia o que observamos é a diminuição do Estado Mínimo o que conseqüentemente promove a redução da atuação estatal prevaricando as ações que objetivam a igualdade social e suprimento das necessidades básicas do cidadão como saúde, educação e segurança.

Referências

BRANDÃO, J. E. de A. **Evolução do Ensino Superior Brasileiro**: Uma abordagem Histórica Abreviada. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Que manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm>. Acessado em 07 abr. 2017

_____. **Decreto nº. 981, de 8 de novembro de 1890**. Que aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Disponível em:
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm>. Acessado em 25 ago 2017.

_____. **Decreto nº. 3.890, de 1 de janeiro de 1901**, que aprova o Código dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Disponível em
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%203890%20-1901%20reforma%20epit%Elcio%20pessoa.htm>. Acessado em 25 ago. 2017

_____. **Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915**. Que reorganiza o ensino secundário e o superior na Republica. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>>. Acessado em 25 ago 2017

_____. **Decreto nº 16.782, de 13 de janeiro de 1925**. Que estabelece o concurso da união para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional de Ensino, reforma o ensino secundário e superior e dá outras providências. Disponível em
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/artigo_001.html>. Acessado em 25 ago. 2017

_____**Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931.** Que dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acessado em 25 ago. 2017

_____**Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acessado em 25 ago. 2017

_____**Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acessado em 25 ago 2017

_____**Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acessado em 25 ago. 2017

_____**Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** Que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acessado em 25 ago. 2017

DAMBROS, M.; MUSSIO, B. R., Política educacional brasileira: a reforma dos anos 90 e suas implicações. In: **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/656-1.pdf>. Acessado em: 18.02.2017.

LIBÂNIO, J. C.; Dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, v.38, n.01, 2012, p.13-28.

_____, Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**. v.46, n.159, p.38-62 jan./mar. 2016.

NOVA, N. M. R. V., **A Perspectiva das Políticas Educacionais de Gustavo Capanema de 1934 a 1945**, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011. Disponível em <http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos%202011/Turma%2031/Natielle_Nova.pdf>, acessado em 22 abr. 2017.

PAULINO, V. J. A. Uma escola do tamanho do Brasil: a institucionalização do PROUNI como forma de democratizar o acesso ao ensino universitário. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**. v.19, n.29, ano 2015. Disponível em <<http://seer.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/1567>>, Acessado em: 18.02.2017.

ROCHA, J. M. A Parceria entre Sociedade Civil e Estado na Educação: Uma Análise do Programa Acorda, Brasil – Está Na Hora Da Escola. In: **IV Seminário de Pesquisa em Educação - Região Sul ANPED SUL 2002**. Disponível em <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2002/Gestao_e_politicas_educacionais/Poster/01_11_41_p649.pdf>, Acessado em: 18.02.2017.

SANTOS, S. L. O. **As políticas educacionais e a reforma do estado no Brasil**. 2010, 122p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ.